

# Urbia Cânions Verdes S.A.

CNPJ 42.699.600/0001-30

Relatório da Diretoria

**Senhores acionistas:** Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2023, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 14 de abril de 2024 **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
Ativo	Notas	31/12/2023		Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2022	31/12/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	101	45	Fornecedores		1.367	1.889
Contas a receber de clientes	6	512	668	Empréstimos e financiamentos	9	28.412	58.815
Impostos e contribuições a recuperar		237	186	Obrigações trabalhistas		1.695	974
Adiantamentos a fornecedores		32	173	Obrigações tributárias		540	263
Adiantamentos a colaboradores		9	—	Outras obrigações a pagar		93	205
Estoques		9	52			<b>32.108</b>	<b>62.146</b>
Despesas antecipadas		74	112	<b>Não circulante</b>			
		<b>974</b>	<b>1.236</b>	Empréstimos e financiamentos	9	54.099	—
<b>Não circulante</b>				Partes relacionadas	7	3.868	3.256
Impostos e contribuições diferidos	15	11.536	4.459			<b>57.967</b>	<b>3.256</b>
Partes relacionadas	7	243	215	<b>Total do passivo</b>		<b>90.075</b>	<b>65.402</b>
Despesas antecipadas		214	—	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<b>11.993</b>	<b>4.674</b>	Capital social	10	9.795	2.115
Intangível operacional	8	63.303	52.073	Prejuízos acumulados		(22.459)	(8.702)
Imobilizado		1.141	832	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(12.664)</b>	<b>(6.587)</b>
		<b>64.443</b>	<b>52.905</b>				
		<b>76.436</b>	<b>57.579</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>77.410</b>	<b>58.815</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>77.410</b>	<b>58.815</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)				
	Capital social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito/Integralizado	A integralizar		
Integralização de capital social	4.230	(2.115)	(929)	1.186
Prejuízo do exercício	—	—	(7.773)	(7.773)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.230</b>	<b>(2.115)</b>	<b>(8.702)</b>	<b>(6.587)</b>
Integralização de capital social	5.565	2.115	—	7.680
Prejuízo do exercício	—	—	(13.757)	(13.757)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.795</b>	<b>—</b>	<b>(22.459)</b>	<b>(12.664)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** Em 19 de maio de 2021, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência nº 1/2020, licitação realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de concessão destinada à realização dos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral ("Parques"). Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósito específico ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 01/2021 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.853, sala 02, Centro - Cambará do Sul - RS. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 13 de julho de 2021, sob o CNPJ 42.699.600/0001-30, e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques nacionais sob o regime de concessão, mais especificamente aqueles relacionados aos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral ("Parques"). O capital social da Sociedade subscrito é no valor de R\$ 9.795 mil. Houve o pagamento da Outorga Fixa ("Outorga Fixa"), no valor de R\$ 20.500 mil, devida ao ICMBio em contrapartida à delegação da exploração dos serviços integrantes da concessão antes da assinatura do Contrato de Concessão. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 12 de agosto de 2021 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o ICMBio ("Poder Concedente") e a Urbia Cânions Verdes S.A., no valor de R\$ 29.867 mil que corresponde à projeção do somatório dos investimentos obrigatórios previstos ao longo da Concessão, somado à projeção das outorgas fixa e variável devidas ao longo de toda a Concessão, conforme projetado nos documentos referenciais da Licitação e conforme Anexo I do Contrato de Concessão, com vigência total de 30 anos, sendo que durante os quatro primeiros anos deverão ser realizados os principais investimentos da Concessão. O extrato de Concessão foi publicado no Diário Oficial da União nº 155, em 17 de agosto de 2021. Referente ao setor de atuação da Sociedade, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, em seu artigo 11, "os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico". Além disso, os Parques são porções do território nacional que, em virtude de seus elevados atributos naturais ou histórico-culturais, estão sob cuidado do Governo Federal, garantido, assim, seu caráter perene para o bem-estar da humanidade, a conservação da biodiversidade e o provimento de serviços ambientais, com destaque ainda à visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade. A operação, direitos e deveres da Concessionária restringem-se às áreas de uso público dos Parques, nas quais há fluxo de visitação, atividades comerciais e operacionais. Neste sentido, a Sociedade desempenha o serviço público de orientação à visitação e oferecimento de variados serviços e facilidades aos visitantes, como bilheteria, controle de estacionamento, transporte interno, banheiros, áreas de hospedagem, serviços de alimentação e bebidas entre outros. Além disso, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, administração, operação, manutenção e serviços de engenharia dos parques, seguindo o objeto do próprio Contrato de Concessão, acima destacado. Para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão, principalmente aqueles relativos aos investimentos, obras e intervenções a serem realizadas e aos custos absorvidos dentro das áreas de uso público, a Concessionária detém determinados direitos emergentes do Contrato, que se traduzem na arrecadação de receitas nos Parques. Incluem-se nestas a cobrança de ingresso, e receitas acessórias, dentre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. A Sociedade está em implantação dos principais investimentos, já aprovado pelo ICMBio. Uma série de adequações operacionais, ajustes de manutenção corretiva, melhorias da infraestrutura e implantação de novos atrativos estão em andamento, com autorização do Poder Concedente, para que se disponibilize uma melhor experiência ao visitante, com maior segurança e desfrute.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 15 de abril de 2024.

**3. Principais práticas contábeis adotadas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, elas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas cível, trabalhista e tributária. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização

acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados ao concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável (o percentual da Receita Operacional Bruta obtida pela Concessionária). Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens atípicos no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre empréstimos, gastos de desenvolvimento e gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere a Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é efetuada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que deverá ser apurado sobre a Receita Operacional Bruta. Há duas outorgas variáveis, uma de percentual fixo de 1,12% e outra variável, que pode ir de 1% a 0%, mediante avaliação de indicadores de desempenho determinados conforme anexo V do Contrato. Neste caso, não há ativação do custo no Intangível, sendo contabilizada como custo operacional de cada exercício no resultado operacional da Sociedade. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para ajuste do valor contábil líquido frente ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). Não foram apurados redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*) para o presente exercício. **g. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **i. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. Todos os aportes de capital obrigatórios segundo o Contrato de Concessão já foram executados conforme prazos e condições ali dispostos. **j. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **k. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1) Identificação do contrato;** **2) Identificação das obrigações de desempenho;** **3) Determinação do preço da transação;** **4) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;** **5) Reconhecimento da receita.** Essas operações estão relacionadas a venda de ingressos, cessão de espaço para estacionamento, lanchonetes, dentre outras, caracterizadas, para todos os fins, como "Receitas dos Parques". **l. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas

Demonstrações do resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)		
	Notas	31/12/2023
<b>Receita operacional líquida</b>	11	<b>8.189</b>
Custos dos serviços prestados	12	(11.278)
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(3.089)</b>
Despesas comerciais, gerais e administrativas	13	(10.943)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas		(71)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(14.102)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(8.786)</b>
Receitas financeiras	14	19
Despesas financeiras	14	(6.751)
		<b>(6.732)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(20.834)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	7.077
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(13.757)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)		
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(13.757)</b>	<b>(7.773)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(13.757)</b>	<b>(7.773)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do fluxo de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)		
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(20.834)</b>	<b>(11.766)</b>

**Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais**

Apropriação de encargos sobre empréstimo	8.265	6.726
Apropriação de encargos sobre empréstimo de mútuo	612	216
Amortização do intangível	1.607	999
Depreciação	129	86
	<b>(10.221)</b>	<b>(3.739)</b>

Variáveis nas contas patrimoniais		
Contas a receber de clientes	157	(198)
Impostos a recuperar	(51)	(152)
Adiantamento de fornecedores	132	(104)
Estoques	43	(52)
Despesas antecipadas	(176)	(28)
Fornecedores	(522)	629
Obrigações trabalhistas	721	655
Obrigações tributárias	277	81
Outras obrigações a pagar	(112)	197
	<b>470</b>	<b>1.028</b>

**Caixa líquido proveniente das atividades operacionais**

Juros pagos	(9.751)	(2.711)
	(11.582)	(4.777)

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

Custo de ativação do intangível	(12.837)	(25.890)
Aquisições do Imobilizado	(439)	(496)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(24.858)</b>	<b>(31.163)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros**

Captação de empréstimos e financiamentos	86.013	20.642
Amortização de empréstimos e financiamentos	(58.999)	—
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>27.013</b>	<b>20.642</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas**

Capital social	7.680	—
Contas-correntes com partes relacionadas	(27)	2.829
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>7.653</b>	<b>2.829</b>

**Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa**

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>56</b>	<b>(10.403)</b>
--------------------------------------	-----------	-----------------

**Caixa e equivalentes de caixa**

No início do período	45	10.448
No final do período	101	45
<b>Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>56</b>	<b>(10.403)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **n. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. (nota 9). **o. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **p. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda de cada Parque pelo período da concessão de 35 anos. **3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. continua →